

# LEI Nº 578/88, DE 19/07/88

*"Autoriza o Poder Executivo Municipal a DOAR área de terreno urbano à Legião Brasileira de Assistência LBA"*

O Prefeito Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à LBA - Legião Brasileira de Assistência, uma área de terras com 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados) desmembrada da área maior de 6 ha. 2.645 (Seis hectares, dois mil seiscentos e quarenta e cinco metros quadrados), denominado "NICOLAU FRAGELLI", neste município, devidamente transcrita no Registro Geral de Imóveis de Coxim, nº 18.100, folhas 186 do Livro 3-U.

Art. 2º - A área a ser doada, passa a denominar-se Lote 1-4 dentro dos seguintes limites e confrontações:

AO NORTE: Com 55,82 m e 106,84 m, com o lote Nº 1-b e Rua Projetada;

AO SUL: com 113,91 m para a Rua Projetada B;

AO LESTE: com 78,83 m para a Rua Projetada C e

AO OESTE: com 69,95 m e 28,67 m para o Rio Taquari e dividindo com o lote nº 1-B.

Parágrafo Primeiro - A área doada, destina-se a construção do "Centro de Convivência de Idosos" dentro das normas estabelecidas pela entidade mantenedora, que será responsável pelo Projeto e normas técnicas.

Parágrafo Segundo - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios necessários para a construção e funcionamento do referido centro.

Art. 3º - A escritura definitiva da doação será outorgada dentro de no prazo máximo de 90 (noventa) dias da aprovação da presente LEI, condicionando após, o prazo de 02 (dois) anos, para o início da construção, findo o qual, a área doada reverterá para o Patrimônio Municipal.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO EM 27 DE JUNHO DE 1988.

JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

DESPACHO: De conformidade com o Artigo 78 da Lei Complementar nº 7 de 20 de novembro de 1.981, sanciono a seguinte Lei para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.